



PARECER CONJUNTO

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E REDAÇÃO (CCJR)

COMISSÃO DE ORÇAMENTO E FINANÇAS (COF).

Projeto de Lei Ordinária nº 2/2025

Ementa: Dispõe sobre a abertura de Crédito Adicional Especial ao Orçamento de 2025, no valor de R\$ 200.000,00, proveniente de Superávit Financeiro, destinado à Secretaria Municipal de Obras e Serviços Públicos – SEMOSP.

I – RELATÓRIO

Chega às Comissões Permanentes o Projeto de Lei Ordinária nº 2/2025, encaminhado por meio da Mensagem nº 076/2025, que solicita autorização legislativa para a abertura de Crédito Adicional Especial no valor de R\$ 200.000,00 (duzentos mil reais), destinado à inclusão de dotação específica para custear serviços terceirizados contínuos ligados à manutenção, limpeza urbana e rotinas operacionais da SEMOSP.

O Executivo Municipal justifica que os serviços são essenciais e não podem sofrer descontinuidade. Para tanto, a nova dotação precisou ser criada por meio de crédito especial, tendo como fonte de recurso o Superávit Financeiro do exercício anterior, conforme Anexo I encaminhado.

A documentação enviada compreende:

Mensagem nº 076/2025;

Projeto de Lei Ordinária;

Anexo I com detalhamento da ficha orçamentária, classificação funcional-programática e fonte de recurso;

Justificativa técnica sobre a necessidade da abertura do crédito.

II – ANÁLISE JURÍDICA E ORÇAMENTÁRIA (CCJ + COF)

Após análise minuciosa, as Comissões manifestam o seguinte:

1. Legalidade e constitucionalidade (CCJ)

O Projeto atende aos requisitos exigidos pela legislação:

Art. 167, V da Constituição Federal – Abertura de créditos adicionais depende de autorização legislativa;

Lei Federal nº 4.320/64, arts. 40 a 43 – O Crédito Adicional Especial é adequado quando a LOA não possui dotação prevista;

Art. 43, §1º, I da mesma lei – O superávit financeiro é fonte legítima para abertura de crédito especial;

Forma, estrutura e técnica legislativa corretas.

Não se identifica vício de constitucionalidade, ilegalidade ou técnica legislativa.

Roberto
Roberto
Roberto
Roberto



ESTADO DE RONDÔNIA
CÂMARA MUNICIPAL DE ITAPUÃ DO OESTE
PODER LEGISLATIVO - COMISSÕES PERMANENTES.

2. Compatibilidade orçamentária e financeira (COF)

A Comissão avaliou a documentação orçamentária e verificou:

A fonte de recurso está corretamente identificada como Superávit Financeiro, sem impacto negativo no equilíbrio fiscal;

A inclusão da dotação não afeta metas fiscais, por não constituir despesa além da capacidade financeira do Município;

A ação prevista está alinhada ao PPA, LDO e LOA vigente, dentro das atividades próprias da SEMOSP;

O crédito é indispensável para garantir a continuidade de serviços essenciais realizados por equipe terceirizada.

As justificativas são suficientes, e o impacto financeiro está devidamente demonstrado.

III – CONCLUSÃO

Diante da análise conjunta, as Comissões de Constituição, Justiça e Redação – CCJ, e de Orçamento e Finanças – COF, opinam pela APROVAÇÃO do Projeto de Lei Ordinária nº _/2025, uma vez que:

É constitucional;

É legalmente adequado;

Está tecnicamente correto;

É orçamentariamente viável;

Atende ao interesse público, garantindo a manutenção de serviços essenciais à população.

Assim, recomenda-se que o Projeto de Lei siga para votação em Plenário.

Sala das Sessões, 10 de dezembro de 2025.

JAIRO GOMES
PRESIDENTE DA CCJR

RENÉIA VILLA
RELATORA CCJR e
PRESIDENTE COF

FABIO JUNIOR FERREIRA DA SILVA
MEMBRO CCJR e
Relator CECDS

ANGELA CABRAL DE PAULA
RELATORA DA COF e
PRESIDENTE CECDS

KÊNIA CARVALHO
MEMBRO DA CCJR e
MEMBRO DA COF